

Ajuste vai suavizar juros

A política dos juros reais altos só poderá ser suavizada após a aprovação de um duro ajuste fiscal. Até que isso ocorra, eles continuarão flutuando acima da inflação. O veredito foi dado pelo secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, que em suas conversas com empresários tem buscado o apoio deles para a aprovação das medidas de ajuste já encaminhadas ao Congresso.

O Secretário considera os juros altos uma questão estrutural na economia brasileira: "Os juros aqui são altos mesmo na ausência de uma política monetária austera como a atual. Um bom exemplo é que a Constituição tentou limitá-los a 12%, o que em termos reais é considerado altíssimo em países como o Japão". Trazer as taxas de juros a patamares razoáveis, na sua opinião, só será possível com mudanças estruturais, como as que estão propostas.

"Os juros no Brasil sempre foram altos porque a poupança financeira, aqui, é muito pequena. Ela é escassa porque se amedrontou com seguidas intervenções no mercado financeiro, em decorrência da forma pela qual os diferentes governos geriram sua dívida", analisa ele. Várias vezes, lembra o secretário, os governo atuaram sobre a correção monetária; outras tantas tributou excessivamente os ativos financeiros: "isso gerou o medo", resume ele.

O atual governo, garante o Secretário, está tentando reverter este quadro. Cita como exemplos o fato de que a dívida pública, agora, está sendo equacionada sem a círanda financeira e com a venda de ativos (através do Programa de Privatização). Mas, já no seu primeiro dia, logo após ser empossado, o Governo Collor promoveu inédita intervenção.

Para Roberto Macedo, o ajuste fiscal é importante na questão dos juros porque historicamente o governo brasileiro sempre foi um grande tomador de recursos no mercado financeiro, pressionando as taxas para cima. "A entrada do governo no mercado provoca o efeito crowding out (que seria o de ocupar espaço do setor privado, limitando seu acesso aos recursos)".

Por fim, o eterno desequilíbrio das contas do governo brasileiro fez com que, através dos anos, ele fosse criando o que o Secretário chama de "cunha fiscal" — tributos excessivos que garantem ao Executivo parte da diferença entre os juros que o emprestador recebe e o tomador paga.

"O equacionamento efetivo da questão dos juros altos, portanto, só virá com o ajuste fiscal" argumentou Macedo. Com o ajuste, o Estado recorreria menos ao mercado financeiro, a cunha fiscal poderia ser menor e haveria mais espaço para a entrada do setor privado. (M.M.)